

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, revogada pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, e conforme seu Estatuto, Decreto nº 3.972 de 16 de outubro de 2001, e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Com personalidade jurídica de direito privado, capital social totalmente subscrito e integralizado pela União e integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais, é responsável por prover e integrar soluções em tecnologia da informação e comunicações para o êxito das finanças públicas e da governança do Estado, em benefício da sociedade.

O SERPRO por sua ampla e notória experiência na prestação de serviços de TI (Tecnologia da Informação) aos órgãos de Governo, detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, continuamente aperfeiçoada e sempre em um caráter evolutivo.

A Empresa consolidou-se, ao longo desses 43 anos, aprimorando tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais promovendo a integração de Soluções Estruturadoras e de Gestão do Governo Federal, dotadas com as características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo Governo, distinguindo-se em seu segmento.

Sendo o SERPRO designado como fiel depositário de dados governamentais, mantém bancos de dados com abrangência nas áreas tributária, financeira, contábil, orçamentária e de gestão de governo.

Com o emprego adequado de soluções estruturadoras, vem contribuindo efetivamente para racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública, nas diversas esferas do Governo, sem descuidar de sua responsabilidade social empresarial, onde tem papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital. Para tanto, atua com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão onde, na sede em Brasília, nas 10 projeções regionais e 26 escritórios, atuam 10.299 empregados que compõem seu quadro de especialistas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas adotadas no Brasil, conforme os preceitos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, incluindo as normas contábeis recomendadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para as companhias abertas, que conforme estabelecido na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 11: "na ausência de disposições específicas prevalecem as práticas já consagradas pela profissão contábil formalizadas ou não pelos organismos próprios".

O SERPRO, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União, utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2007, em 15 de janeiro de 2008, determinação essa dada pela Secretaria do Tesouro Nacional, em seu processo de encerramento.

As contas ativas e passivas que guardam ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, por sua natureza semelhante.

O Balanço Patrimonial contempla estrutura conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 488/2005, que aprova a Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC 27/2005.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas, e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, para melhor entendimento das demonstrações contábeis no período atual.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 que introduz alterações relevantes na Lei nº 6.404/76 no que tange à preparação das demonstrações contábeis. As principais alterações têm aplicação a partir de 2008 e são:

- a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC;
- a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- a distinção das demonstrações contábeis daquelas elaboradas para fins de atendimento à legislação tributária;
- a criação de dois subgrupos de contas sendo o Intangível no ativo permanente e os Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido;
- a introdução do conceito de valor presente para operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- a obrigatoriedade de efetuar, periodicamente, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.

O SERPRO já adota a divulgação da DFC e da DVA. Na data de elaboração destas demonstrações contábeis não foi possível determinar os eventuais efeitos decorrentes da adoção das demais mudanças. No decorrer de 2008, a empresa efetivará as alterações complementares levando em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

Registradas pelo valor original, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações contábeis.

3.2) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são escrituradas obedecendo o regime de competência.

3.3) Provisão para Devedores Duvidosos

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, que leva em consideração o histórico de perdas e o conhecimento da situação individual dos clientes.

Fundamentada no princípio da prudência, a Provisão para Devedores Duvidosos é calculada tomando por base o critério da evolução histórica dos valores pendentes de

recebimento, revisados anualmente, sendo que este ano foi ajustado de 2,84% para o percentual de 0,89%, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.4) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzida a depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam melhorias, são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. A depreciação está calculada pelo método linear e as taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com a Instrução Normativa nº 162/98 da Secretaria da Receita Federal.

Registra-se valor em obras em andamento, que à medida que forem sendo finalizadas, e entrarem em operação, será transferido para conta específica, de acordo com o estabelecido na legislação vigente (Artº 346 do Regulamento do Imposto de Renda).

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem do valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes, no que se refere à Reavaliação de Ativos – Resolução CFC nº 1004, de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos.

3.5) Tributos

3.5.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Artº. 230 do Regulamento do Imposto de Renda/99).

3.5.2 – O ISS está registrado pelo regime de competência, e as alíquotas variam de 2% a 5% de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador.

3.5.3 – A COFINS e o PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade.

3.5.4 – O registro do Imposto de Renda (15%), do adicional do Imposto de Renda (10%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis.

3.5.5 – A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido na Deliberação CVM nº 273/98.

3.6) Exigível a Longo Prazo

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos juros incorridos.

3.7) Uso de Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade, requer que a Administração da Empresa, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para devedores duvidosos, ressarcimento por cessão de pessoal decorrente de

ações judiciais, provisão para contingências, provisão para o déficit técnico do Fundo Multipatrocinado SERPROS referente ao Plano SERPRO (PS-I) e realização de tributos diferidos (IRPJ e CSLL).

3.8) Informações adicionais às Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentadas as seguintes demonstrações:

- a) Demonstração do Fluxo de Caixa - (Anexo 1);
- b) Demonstração do Valor Adicionado - (Anexo 2).

Estas demonstrações foram preparadas, respectivamente, de acordo com as Normas de Procedimentos de Contabilidade – NPC 20, do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e Resolução nº 1.010 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

NOTA 4 – DISPONÍVEL

As disponibilidades estão discriminadas a seguir:

Discriminação	Em R\$	
	2007	2006
Bancos c/ Movimento	67.444.311,43	61.245.838,91
Fundo de Aplicação Financeira	302.468.686,75	161.953.986,38
TOTAL	369.912.998,18	223.199.825,29

4.1) Fundo de Aplicação Financeira

As aplicações financeiras são remuneradas pelo fundo extramercado comum, administrado pela Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários BB – DTVM.

4.2) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

São recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional.

NOTA 5 – CRÉDITOS DE CLIENTES

O detalhamento dos créditos a receber encontra-se assim discriminado:

Discriminação	Em R\$	
	2007	2006
Faturas a Vencer	27.482.399,08	57.402.378,35
Faturas Vencidas	72.069.001,72	180.177.801,41
Contas a Receber Bruto	99.551.400,80	237.580.179,76
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	(886.007,47)	(6.747.277,11)
TOTAL	98.665.393,33	230.832.902,65

NOTA 6 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação vigente, conforme discriminado abaixo:

Discriminação	Em R\$	
	2007	2006
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro Contábil do Exercício	82.367.873,33	219.189.148,53
(+) Adições	183.118.966,28	84.048.656,56
(-) Exclusões	71.548.188,75	48.377.170,26
Base de Cálculo da Contribuição Social	193.938.650,86	254.860.634,83
Contribuição Social – Alíquota 9%	17.454.478,58	22.937.457,13
(-) Antecipações	33.743.740,06	22.882.948,97
Saldo a Pagar/Compensar	(16.289.261,48)	54.508,16
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro Contábil depois da CSLL	79.303.772,56	196.251.691,40
(+) Adições	186.045.307,78	106.931.194,01
(-) Exclusões	71.548.188,75	48.377.170,26
Lucro Fiscal do Exercício	193.800.891,59	254.805.715,15
Imposto de Renda – Alíquota 15%	29.070.133,74	38.220.857,27
(-) Parcela isenta do adicional de IR	240.000,00	240.000,00
Adicional do IR – Alíquota 10%	19.356.069,16	25.456.571,52
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	881.272,80	1.236.119,50
Imposto Devido	47.544.950,10	62.441.309,19
(-) Antecipações	115.247.285,40	84.726.428,20
Saldo a Compensar	(67.702.335,30)	(22.285.119,01)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 113.776.629,37 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

7.1) Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar (NOTA 6)

O saldo de R\$ 83.991.596,78 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

7.2) Créditos Fiscais Diferidos

Corresponde ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias e registrados em atendimento à Deliberação CVM nº 273, assim discriminados:

	Em R\$	
	2007	2006
Licença – Prêmio	14.389.796,68	12.566.202,59
Plano de Previdência Complementar	5.680.851,45	5.325.448,16
INSS	483.630,89	527.733,40
Provisão para Devedores Duvidosos	301.242,54	2.253.590,56
TOTAL	20.855.521,56	20.672.974,71

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva

dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

7.3) Créditos Fiscais Diversos

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 8.929.511,03.

NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.134 empregados cedidos ao Ministério da Fazenda. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo respectivo reembolso destas despesas, com fundamento no Decreto nº 5.213/2004. Em 2007, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 163.180.280,35 (R\$ 139.951.689,89 em 2006), conforme item 4.12 da Demonstração do Resultado do exercício e os valores pendentes de recebimento no total de R\$ 31.618.111,57 (R\$ 49.768.082,80 em 2006) compõem os créditos a receber registrados no título Ressarcimento de Pessoal.

NOTA 9 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão assim discriminados:

	Em R\$	
	2007	2006
Estoques - Almoxxarifado	1.065.630,22	894.002,78
Títulos e Valores	177.070,29	176.154,00
TOTAL	1.242.700,51	1.070.156,78

NOTA 10 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em juízo em cumprimento à determinação judicial, pendentes de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

	Em R\$	
	2007	2006
Depósitos Judiciais	167.086.656,55	151.027.258,71
Depósitos Recursais	14.729.545,43	14.473.561,95
TOTAL	181.816.201,98	165.500.820,66

NOTA 11 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte de acordo com os itens a seguir:

11.1) Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$	
	2007	2006
Contingências Trabalhistas	77.508.051,17	71.510.416,73
Planos de Previdência Complementar	72.548.896,28	41.829.858,93
INSS Parcelamento	-	439.777,84
Provisão para Perdas Prováveis	2.726.458,15	2.907.939,36
TOTAL	152.783.405,60	116.687.992,86

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários oriundos das provisões correspondentes às obrigações com o fundo multipatrocinado - SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 127 delas realizadas até o encerramento de 2007. As 113 parcelas restantes serão realizadas a partir de 2008.

11.2) Títulos e Valores

Os Títulos de Crédito compreendem as ações da TELEBRÁS, EMBRAER e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 2012, 2010, e 2014, conforme discriminado a seguir:

Títulos de Crédito	Em R\$	
	2007	2006
Ações da Telebrás	2.382.268,12	2.215.718,83
Outras Ações	1.577,95	1.470,29
TOTAL	2.383.846,07	2.217.189,12

11.3) Processo Trabalhista nº 2047/SP

Consta no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda. Este valor deverá ser ressarcido à Empresa, sendo que, para tanto, houve pronunciamento favorável por parte da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Até 2006, o valor citado acima estava sendo controlado em conta do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante. Em 2007, realizamos a transferência para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

Encontra-se no Passivo não Circulante o valor de R\$ 125.969.781,34, pendente de liquidação. A Empresa vinha honrando os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos, chegou-se a conclusão de que havia erros

materiais que recomendaram a suspensão do pagamento do acordo. Até 2006, o valor estava classificado no grupo Obrigações em Circulação do Passivo Circulante, sendo que em razão da sua provável exigibilidade ocorrer em exercícios futuros, foi reclassificado para o Passivo não Circulante.

	Em R\$	
	ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes encargos / tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago em 2006	-	(115.913.645,20)
Saldo a pagar em Dezembro de 2007	-	125.969.781,34
Valor a receber em Dezembro de 2007	241.883.426,54	-

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

As aplicações em incentivos fiscais apresentam valor de mercado inferior ao custo. Foi constituída, no exercício de 2003, provisão para ajuste ao seu valor de realização. O valor contábil do investimento, bem como o valor da respectiva provisão para perdas seguem demonstrados abaixo:

	Em R\$	
	2007	2008
Outros Investimentos	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(8.018.994,56)	(8.706.405,27)
TOTAL	1.874.771,73	1.187.361,02

NOTA 13 – IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das depreciações, exceto os imóveis que se apresentam pelo valor de mercado, com base em laudo pericial.

	Taxa de Depreciação	Valor Contábil em 2007	Depreciação Acumulada	Em R\$	
				2007	2006
Edifícios	4%	119.272.533,90	11.208.832,42	108.063.701,48	113.471.101,20
Terrenos	-	74.188.750,00	-	74.188.750,00	74.188.750,00
Obras em Andamento	-	16.398.575,32	-	16.398.575,32	-
Mobiliário em Geral	10%	18.362.610,32	9.533.064,30	8.829.546,02	8.150.523,45
Outros Bens Móveis	10%	36.562.806,81	18.039.223,58	18.523.583,23	17.102.763,02
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	408.552.606,25	209.258.502,05	199.294.103,20	153.127.537,45
Instalações	10%	25.928.587,56	19.604.129,76	6.324.457,80	6.570.758,71
Veículos	20%	292.018,70	276.462,30	15.556,40	28.845,94
TOTAL		CS9.558.487,88	267.920.214,41	431.838.273,45	372.640.279,77

NOTA 14 – ATIVO DIFERIDO

Estão registradas no Ativo Diferido as licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. As amortizações são feitas pelo prazo mínimo de cinco anos, atendendo ao disposto na IN n° 4/85 da Secretaria da Receita Federal.

		Em R\$	
	Taxa de Amortização	2007	2006
Projetos e Softwares		68.512.952,79	49.976.020,23
(-) Amortização Acumulada	20% a.a	(24.249.931,91)	(13.101.055,37)
TOTAL		44.263.020,88	36.874.964,86

NOTA 15 – CONSIGNAÇÕES

O montante de R\$ 9.250.540,36 (R\$ 6.417.337,72 em 2006) representa, basicamente, as retenções da folha de pagamento, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, correspondentes à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

NOTA 16 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Referem-se aos valores a serem recolhidos aos cofres públicos no valor total de R\$ 51.360.029,75, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa (R\$ 39.124.305,57 em 2006).

NOTA 17 – PROVISÕES DE PESSOAL

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil.

				Em R\$
	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	39.074.197,43	18.689.134,07	(10.534.607,97)	47.228.723,53
Licença – Prêmio	28.774.561,76	13.762.900,37	-	42.537.462,13
TOTAL	67.848.759,19	32.452.034,44	(10.534.607,97)	89.766.186,66

NOTA 18 – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O SERPRO é patrocinador do fundo de previdência complementar - SERPROS, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado.

O SERPROS tem por finalidade básica instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das patrocinadoras.

Atualmente, são administrados dois planos: o Plano SERPRO (PS-I), de benefício definido, com 3.594 participantes ativos e 2.736 assistidos, e o Plano SERPRO (PS-II), de contribuição definida, com 4.690 participantes ativos e 179 assistidos.

Em 13/12/2007, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou as seguintes premissas atuariais:

- Tábua de Mortalidade: AT-83, segregada por sexo;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light-Média;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49, segregada por sexo;
- Morbidez: Experiência STEA;
- Desligamento: 1% a.a. para idades inferiores a 49 anos e 0% para as demais idades;
- Inflação: 3,5% a.a.;
- Crescimento Real dos Salários: 3% para idades inferiores a 49 anos e 2% para as demais idades;
- Taxa Real de Juros: 6% a.a.;
- Composição de Família de Pensionistas: Experiência SERPRO.

Compõem as obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 16.708.386,60, referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte, e ainda um saldo de R\$ 212.483,39, destinado ao aporte extraordinário do Plano SERPRO (PS-II).

Em 31 de dezembro de 2007, as obrigações de longo prazo por benefícios pós-aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

	Em R\$	
	2007	2006
Contrato SERPRO x SERPROS	107.016.974,06	125.239.107,47
Déficit Técnico Plano SERPRO (PS-I)	107.788.913,52	-
TOTAL	214.805.887,58	125.239.107,47

O valor de R\$ 107.016.974,06 refere-se às obrigações que foram parceladas em 240 meses, sendo que até 31 de dezembro de 2007, foram amortizadas 127, restando 113 a serem amortizadas a partir de 2008. Os valores são atualizados mensalmente pelo INPC.

Foi efetuada, neste exercício, provisão referente ao reconhecimento do déficit atuarial do plano previdencial de benefício definido – Plano SERPRO (PS-I), administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, no valor de R\$ 107.788.913,52.

NOTA 19 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR

A empresa possui um programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados. O pagamento está condicionado ao cumprimento de metas estabelecidas no programa, bem como à aprovação pelo Conselho Diretor. O montante destinado à

distribuição no exercício de 2007 foi de R\$ 6.279.872,86 (R\$ 10.330.374,39 em 2006), existindo ainda registrado um saldo de R\$ 225.452,98 referente a valores não distribuídos de exercícios anteriores.

NOTA 20 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com as disposições estatutárias, estão assegurados à União dividendos e suas respectivas atualizações, sendo que, para o exercício de 2007, foi definido pela administração o percentual de 25%, aprovado em Voto CD N° 05/2007.

O SERPRO efetuou, neste exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei n° 9.249/95 e Deliberação CVM n° 207/96. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais e, para efeito de apresentação, este valor foi demonstrado na DRE antes do Lucro Líquido com o título de Reversão dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 8.310.432,81.

O montante de dividendos e juros sobre o capital próprio creditados neste exercício foi de R\$ 35.945.922,11, conforme está demonstrado a seguir:

	Em R\$		
	2006	2007	TOTAL
Dividendos do Exercício	41.321.497,56	119.491,43	41.440.988,99
Juros sobre o Capital Próprio	-	25.000.000,00	25.000.000,00
Dividendos Complementares	8.723.699,74	10.826.430,68	19.550.130,42
Atualização	5.947.316,37	-	5.947.316,37
TOTAL	55.992.513,67	35.945.922,11	91.938.435,78

Os valores de R\$ 8.723.699,74 e R\$ 10.826.430,68, constantes do quadro acima como complemento aos dividendos dos exercícios de 2006 e 2007, referem-se aos créditos fiscais diferidos realizados nestes períodos.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre a Reserva de Reavaliação. Em 31 de dezembro de 2007, os impostos totalizaram R\$ 35.699.106,46 (R\$ 37.467.177,89 em 2006).

NOTA 22 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões para contingências são constituídas mediante avaliação dos seus riscos e quantificados com base em pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do Balanço. A Administração do Serpro, consubstanciada na opinião da consultoria jurídica quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O saldo destas provisões, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$ 232.060.033,44 (R\$ 210.588.381,92 em 2006).

NOTA 23 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas correspondem, principalmente, aos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras. Quanto às despesas, são registradas pelo regime de competência e correspondem, basicamente, aos juros incidentes sobre os dividendos e aos encargos financeiros das obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS. Vale destacar a contabilização dos Juros sobre o Capital Próprio como despesa financeira atendendo a Lei 9.249/95.

	Em R\$	
	2007	2006
Receitas Financeiras	10.403.336,34	18.430.145,06
Despesas Financeiras	(37.809.757,29)	(46.582.500,72)
Juros sobre o Capital Próprio	(25.000.000,00)	-
TOTAL	(52.406.420,95)	(28.152.355,66)

NOTA 24 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é totalmente subscrito e integralizado pela União. Neste exercício, foi acrescido em R\$ 196.593.441,62, sendo R\$ 87.130.686,23 referente à Reserva de Créditos Fiscais Diferidos, R\$ 68.225.086,37 referente à realização dos Projetos Estruturadores dos exercícios de 2003 a 2005 e R\$ 41.237.669,02 referente à parcela do Lucro remanescente de 2006, passando de R\$ 139.827.141,89 para R\$ 336.420.583,51.

NOTA 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A Empresa reavaliou integralmente seus imóveis em 2005, com base em laudo pericial. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo é de R\$ 128.614.702,02, já se encontrando deduzido dos seus impostos correspondentes (R\$ 132.046.840,67 em 2006).

NOTA 26 – RESERVAS DE LUCROS

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira, conforme discriminado nas notas a seguir:

26.1) Reserva Legal

A reserva legal está calculada com base em 5% do lucro líquido, conforme previsto na legislação em vigor.

	Em R\$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	96.054.268,20
(+) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	6.279.872,86
(+) REALIZAÇÃO DA RESERVA REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	3.432.138,65
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	105.766.279,71
(-) RESERVA LEGAL – 5%	5.288.313,99

26.2) Reservas Estatutárias

As Reservas Estatutárias estão subdivididas em:

a) de Investimentos – 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, cujo saldo na data das demonstrações contábeis é de R\$ 28.734.425,31 (R\$ 24.966.501,60 em 2006).

b) para Riscos Eventuais – 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, destinados a cobrir prejuízos com perda de material e destruição acidental de equipamentos e bens patrimoniais, e cujo saldo não utilizado será incorporado, no exercício seguinte, ao capital social. O valor destinado à constituição desta reserva foi de R\$ 9.966.148,35 (R\$ 6.198.224,84 em 2006).

26.3) Reserva de Retenção de Lucro

A Lei das Sociedades Anônimas permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho Diretor. Em 31 de dezembro de 2007, a empresa mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 176.999.324,25 (R\$ 225.212.040,32 em 2006).

26.4) Créditos Fiscais Diferidos

Por recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional, esta reserva deixou de ser constituída, passando os registros dos créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias a serem contabilizados diretamente no resultado do exercício. O saldo desta reserva deverá ser destinado ao pagamento de dividendos (NOTA 20) conforme sua realização.

NOTA 27 – LUCROS ACUMULADOS

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Em R\$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	98.064.268,20
(+) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	6.279.872,88
(+) REALIZAÇÃO DA RESERVA REAVALIAÇÃO DE IMOVEIS	3.432.138,65
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	107.766.279,73
(-) RESERVA LEGAL	5.288.313,99
= BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS	100.477.965,74
(-) DIVIDENDOS (25%)	25.119.491,43
= BASE DE CÁLCULO DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS	75.358.474,29
(-) RESERVAS ESTATUTÁRIAS (10%)	7.535.847,43
(-) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	6.279.872,88
Saldo do período 01/01/2007 a 31/12/2007	61.542.754,01
(-) Reserva de Retenção de Lucro	61.542.754,01
Saldo de Lucros Acumulados em 31/12/2007	0,00

NOTA 28 – SEGUROS

A Empresa adota política de contratação de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos em suas operações. Considerando as características de seus riscos, a empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

NOTA 29 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2007, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 764,36 e R\$ 24.691,68. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 22.150,80.

NOTA 30 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 2.187.454,01 referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 153.430,31, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

Brasília, 31 de dezembro de 2007.



Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor-Presidente



Antônio Sérgio Borba Cangiano
Diretor



Ana Maria Mallmann Costi
Contadora CRC – DF 8.894/0-6